



**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA**

**Resultados da 92ª Reunião Ordinária do CONAMA
Data: 26 e 27 de novembro de 2008
Horário: das 09h00 às 18h00
Local: Auditório nº 1 do Edifício Sede do IBAMA – SCEN, Trecho 2 - Brasília/DF**

1. Abertura da Reunião pelo Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, abriu a reunião saudando todos os segmentos. Enfatizou o papel crescente dos estados e municípios, com a votação, ainda nesse ano, de uma lei importante que desafogará a União, avançando na descentralização, ou seja, a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal.

Informou que participará de uma reunião com a Frente Parlamentar Ambientalista sobre a temática das mudanças climáticas e que, no próximo dia primeiro, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas - PNMC será assinado pelo Presidente Lula. O PNMC começou como uma proposta tímida, passou por consulta pública e recebeu várias críticas, resultando num Plano bem mais avançado e com metas bem definidas, como metas para o desmatamento da Amazônia e para a produção de energia. Entretanto, a publicação do PNMC não esgota o assunto, entendendo que sua revisão futura é um caminho natural. Acrescentou, ainda, que solicitou aos deputados da Frente a criação de um Fundo de mudanças climáticas, em torno de 300 milhões por ano.

Informou que, à tarde, estaria em Fortaleza tratando da defesa da Caatinga e Semi-Árido e do combate à desertificação, os quais se relacionam à questão da adaptação às mudanças climáticas.

Lembrou que, depois de quase 2 anos de espera, foi assinado, na última quinta-feira, o Decreto que regulamenta a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). A essa regulamentação, soma-se, em breve, a publicação pelo IBGE do novo mapa do bioma Mata Atlântica que constituirão instrumentos muito importantes para a definição de diretrizes a serem incorporadas na elaboração dos planos diretores municipais e estaduais com frações de mata atlântica.

Informou também, que viajaria para Paragominas/PA, dando resposta à ação criminosa contra a sede do IBAMA local. Pediu uma salva de palmas aos servidores do IBAMA e enfatizou que não descansará enquanto não vir os criminosos na cadeia. Afirmou que o prédio incendiado será reconstruído com os recursos advindos do leilão da madeira ilegal apreendida pelo IBAMA. No sentido de fortalecer a economia local, desviando-a da extração ilegal de madeira, realizará uma reunião com lideranças locais, tratando do PAS e do incremento ao Fundo Amazônico.

Quanto à proposta de resolução na pauta do dia, que trata do Plano de Manejo Florestal, defendeu o manejo sustentável, a única forma, segundo ele, de combater madeira ilegal. Acrescentou que tem de haver controle e monitoramento sobre os planos de manejo, por meio de estudos do INPE e do rastreamento pela Polícia Federal. Reafirmou a necessidade de se ampliar a estrutura administrativa, não só para licenciar, mas também para fiscalizar, para que esses Planos não sejam transformados em licenças para desmatamentos indiscriminados. Citou o exemplo da Finlândia, como modelo bem sucedido de fiscalização e monitoramento a partir do plano de manejo, modelo este que deve ser a base para o desenvolvimento sustentável das florestas brasileiras.

Em relação à proposta de resolução sobre o descarte adequado de pneus inservíveis, enfatizou sua importância e afirmou que o Brasil não pode continuar a importar esse tipo de mercadoria. Nesse sentido, anunciou encontro com a Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, do STF, com o objetivo de garantir a apreciação pelo Plenário do Supremo, no menor prazo possível, da ADPF 101 – *ação que visa impedir a concessão de liminares judiciais favoráveis à importação de pneus*. Como o pneumático é lixo nocivo, defendeu o incentivo à reciclagem, ao uso dos pneus como combustível ou como asfalto e lembrou o risco que trazem à saúde pública, por permitirem ambientes favoráveis à reprodução e proliferação do mosquito da dengue. Acredita que se deve criar uma rede de co-responsabilidade, na forma de logística reversa, como no caso das embalagens de agrotóxicos que devem ser devolvidas aos produtores por força da Resolução CONAMA 334/2003.

Nesse ponto, lembrou a liderança do Brasil em relação à reciclagem das latas de alumínio e a necessidade do enfrentamento de outras questões relacionadas aos resíduos sólidos, como a dos sacos plásticos que entopem rios, gerando problemas de saúde e altos gastos devido aos entupimentos. Assim, deve-se reconhecer os avanços e criar mecanismos mais ágeis, incorporando a sociedade nessa cadeia, transformando o pneu em um novo insumo.

Lançamento da segunda edição do Livro de Resoluções do CONAMA

Após finalizar sua fala inicial, fez o lançamento oficial da 2ª Edição do Livro de Resoluções do CONAMA, destacando a importância desta publicação para o cumprimento da legislação ambiental brasileira. Comentou que o livro apresenta todas as resoluções do Conama editadas entre 1984 e 2008, incluindo a Resolução sobre a Fase 7 do Proconve (403/2008), aprovada na plenária anterior. Parabenizou a todos que o organizaram, na pessoa do Diretor Nilo Diniz, e dos demais servidores do DCONAMA, que dedicaram muitas horas a este trabalho. Afirmou que o próximo passo será consolidar os meios para se fazer cumprir todas as resoluções.

Saudou, por fim, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que recentemente completou 10 anos, reafirmando que o MMA também está avançando bastante na área de recursos hídricos; como exemplo, citou o acordo com a Caixa Econômica Federal para propiciar que o dinheiro arrecadado pelos Comitês de Bacias seja aplicado e renda dividendos.

Ao despedir-se, pediu apoio para as medidas que vem tomando à frente do MMA desde junho, nas quais tem certeza de estar avançando. Ressaltou o papel das críticas nesse processo e desejou um bom trabalho a todos, já que retornaria em seguida ao Parlamento.

2. Discussão e votação da Transcrição *ipsis verbis* da 91ª Reunião Ordinária, realizada em 10 e 11 de setembro de 2008 e da 52ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2008

O conselheiro Francisco Iglesias, do IMARH, informou ter encontrado erros nas transcrições e solicitou uma revisão mais criteriosa. Exemplificou, citando a discussão sobre as hidrelétricas do Madeira em que se trocou a fala do Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, pela do presidente do IBAMA, Roberto Messias, devido à presença de dois 'Robertos' na Mesa, ou o registro da palavra 'hecatombe' como 'catombia' na fala do Dr. Mario Gisi. Tais ponderações foram acatadas pela presidente, Sra. Izabella Teixeira, e em seguida foram aprovadas as Transcrições.

3. Apresentação de novos Conselheiros

A presidente, Izabella Teixeira, informou que a partir daquela data, apenas seria dada posse em Plenário, aos conselheiros que estivessem presentes na reunião. Procedeu à posse de Thiago Camargo Lopes (ANNAMA-Centro-Oeste, suplente), André Roberto Alliana (ANNAMA-Sul, titular) e Edênio Baltazar Barreira Filho (Ministério da Saúde, suplente).

Não foram empossados os seguintes Conselheiros: Daniela Buosi Rohlfs (Ministério da Saúde, suplente); Danielle Fermiano dos Santos Gruneich (Ministério do Esporte, titular); Antônio Apolinário Rebelo Figueiredo (Ministério do Esporte, suplente); Philemon Rodrigues da Silva (Governo Paraíba, titular); Major Sebastião Moraes de Carvalho Junior (Comando do Exército, suplente).



4. Tribuna livre (15 minutos)

Francisco Iglesias, do IMARH, distribuiu o texto “sentença de morte”, de Odeb Grajew do movimento Nossa São Paulo, criticando os envolvidos no TAC do Diesel S-50. Questionou a celebração do acordo para compensar a não aplicação de uma legislação que ainda não havia entrado em vigor. Criticou o adormecimento e a falta de acompanhamento do MMA, MP e Petrobrás, bem como a falta de participação da sociedade civil. Fez, ainda, uma reflexão sobre o papel do CONAMA na busca de uma melhor solução e questionou se seria possível a revisão do TAC, lembrando que a realização de uma audiência sobre o tema no Congresso no dia seguinte demonstrava a preocupação ampla sobre o acordo.

Por fim, informou a destruição de um bosque, na cidade de Natal/RN, de mais de 70 anos que foi destruído em apenas um dia, pela prefeitura, para a construção da rede de drenagem.

A presidente da Mesa, Izabella Teixeira, a respeito do artigo, informou que tanto o Ministro, quanto a Procuradora haviam escrito artigos em resposta ao do Sr. Grajew e solicitou que fossem disponibilizadas cópias ao Plenário. Afirmou que o MPF chamou para si o processo do TAC, em função da impossibilidade do cumprimento integral da Resolução 315 e da recusa do Ministro em alterá-la posteriormente. Confirmou a omissão de várias instâncias ao longo de todo processo, e conseqüentemente o convite das partes ao diálogo. Afirmou, ainda, que em nenhum momento foram promovidas reuniões em que fosse excluído qualquer segmento e passou a palavra à representante do MPF.

A procuradora Ana Cristina (MPF) lamentou o tratamento leviano dado pela mídia ao acordo. Esclareceu que a Resolução 315 não prevê a distribuição do Diesel S-50 para o país inteiro e que a Resolução 32 da ANP, expressamente, o limita aos veículos novos. Informou que a tese do MPF de que o Diesel S50 fosse distribuído no país inteiro e para todos os veículos, não foi acolhida pelo Judiciário. Além do mais, a ANP enviou uma carta informando que o Diesel S50, conforme especificado na Res. ANP 32, não existia no Brasil, nem no mundo. Assim, não havia como obrigar as montadoras a criar motores para um ‘diesel referência’ que ainda não existia.

Esclareceu que, frente à constatação da impossibilidade de cumprimento da Resolução, optou-se pela elaboração de um TAC. Não se buscou no TAC compensar o dano e sim mitigá-lo, construindo, com um corpo técnico de diversas instituições, um inventário de poluentes que seriam liberados pela Fase P6, e verificando seus eventuais efeitos na atmosfera. Ainda, de acordo com o parágrafo 55 do acordo, realizou-se um estudo ambiental, estimando, *a priori*, os benefícios da nova fase do Proconve.

Quanto à participação da sociedade civil, afirmou que foram convidados todos aqueles que manifestaram interesse e exemplificou a participação do Sr. Thiago Camargo Lopes (ANAMMA). Lembrou que foram encaminhados convites pessoais ao Sr. Fábio Feldmann, que optou por não participar para poder criticar, e ao Sr Grajew, que compareceu apenas na primeira parte de uma das inúmeras reuniões realizadas.

Nas discussões seguintes, ficou evidenciada a necessidade de não só trabalhar na redução das emissões dos carros novos, mas também de incentivar a renovação da frota, para reduzir as emissões dos veículos antigos.

A Secretária Izabella Teixeira informou que o TAC já foi homologado. Compete ao CONAMA, além da implementação de novas fases, disciplinar, por exemplo, a qualidade do Diesel ou a renovação da frota, por meio de incentivos.

Ivy Wiens, do Instituto VIDÁGUA, informou que recebeu convite para as reuniões promovidas pelo MPF, mas ficou impossibilitada de participar. Aproveitou para levantar os problemas de comunicação que vêm ocorrendo da sociedade civil e pediu que essa comunicação fosse estabelecida com as ONGs do CNEA entre as quais existem canais de distribuição das informações. Afirmou que, embora tenha deixado seus contatos no MPF, houve falha na comunicação e que se sente prejudicada pela não participação no caso levantado.

Afirmou que na Resolução 315 faltou a definição dos responsáveis pela fiscalização e lembrou a existência de uma Comissão de Acompanhamento no PROCONVE, sem membros da Sociedade Civil, que não funcionou.



Cedeu, então, a palavra ao presidente da AMMA (Associação dos Trabalhadores do MMA), Alberto Jorge da Rocha Silva, que informou sobre questão que envolve 350 funcionários do MMA, do Ibama e do ICMBio. O grupo, formado por técnicos contratados temporariamente pelo MMA após concurso público simplificado realizado em 2003, só poderá ter seus contratos renovados até julho de 2009, o que provocará um forte impacto nos quadros do MMA e de suas vinculadas. Reivindicou maior atenção do Ministério para essa situação. Criticou a realização de novo processo seletivo para contratação temporária, convocado para dezembro de 2008, o que, segundo ele, prejudica o fortalecimento institucional do Ministério.

Izabella Teixeira informou que o regime temporário resulta de um acordo de 2002, proveniente de arranjos com organismos internacionais. Lembrou que os temporários têm uma remuneração bem superior ao piso dos servidores permanentes, o que fez com que muitos optassem pelo quadro temporário. Disse também que estavam procurando solução e que o caso não se limita ao MMA.

Rosalvo Oliveira, do Ministério da Integração Nacional, fez uso da palavra para convidar a todos para o Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul, a ser realizado em Brasília/DF, entre os dias 03 e 05 de dezembro de 2008.

José Cláudio Junqueira, representante do estado de Minas Gerais, informou que o Governo do Estado, por meio da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, entidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, concluiu e publicou no sítio da instituição, o Primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Estado de Minas Gerais. A elaboração desse inventário, segundo o conselheiro, reforça o compromisso assumido pelo País na Convenção-Quadro das Nações Unidas e revela a importância que o estado atribui à busca de um meio ambiente sustentável, tanto no âmbito local como global. Entregou um volume à Mesa.

Thiago Camargo Lopes, da ANAMMA Centro Oeste, retomando a discussão a respeito do TAC do Diesel S50, afirmou existir uma cultura no país de tolher quem trabalha. Para ele, o acordo é melhor do que a judicialização, visto que uma decisão possivelmente só sairia em 2016, com outras resoluções já vigentes. Dessa forma, elogiou o MPF e o MMA e disse não ter reclamações do acordo, instando outros a seguirem o exemplo. Acentuou que todas as colaborações da ANAMMA foram incorporadas quase que integralmente.

A presidente, Izabella Teixeira, solicitou ao representante da ABEMA que designasse, ainda durante a seção, seu representante para a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental.

5. Apresentação à Mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, de inversão de pauta ou de retirada de matérias

A presidente, Izabella Teixeira, propôs inversão de pauta passando os itens 6.1 (GARI) para antes das Moções. Retirou três pontos de pauta de autoria do MMA: o item 6.3 (Câmara Recursal) entendendo que a discussão deveria ocorrer em Plenária após a publicação do novo decreto prevista nos seguintes dias, a fim de evitar novas alterações posteriormente, e os itens 6.6 e 6.7, que dizem respeito a ações do executivo já adotadas.

Francisco Iglesias (IMARH) pediu que o item 5.1 fosse debatido na manhã seguinte, para ter maior tempo de leitura das respostas enviadas, sobretudo as do IBAMA.

5.1 Requerimento de Informação ao Ibama, MPF de Rondônia e Organização Amigos da Terra, quanto ao Licenciamento Ambiental das UHEs Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.

Processo nº [02000.000815/2008-80](#)

Interessado: Luis Carlos Maretto - Entidades Ambientalistas da Região Norte - KANINDE e outros

Procedência: 89ª Reunião Ordinária, em 11 e 12/03/08

Tramitação em Plenário: Apresentado o informe durante a 91ª RO, em 10 e 11/09/08. O Plenário avaliará, de acordo com as respostas por escrito, se as mesmas foram consideradas satisfatórias.

Este item foi objeto de inversão de pauta, passando a ser discutido no início do 2º dia.

A presidente informou sobre as novas disposições referentes a requerimentos de informação. Para isto, a presidente convidou o Consultor Jurídico do MMA, Dr. Guilherme Estrada, a apresentar o seu parecer sobre a pertinência do Requerimento de Informação no âmbito do CONAMA.



O Consultor afirmou tratar-se de questão simples e de regramento próprio, contemplado na Lei 10.650/2003, segundo a qual todos os órgãos do SISNAMA ficam obrigados a tornar disponíveis informações ambientais sob sua guarda, não competindo, portanto, ao CONAMA dar informações que não sejam próprias do Conselho. Cabe aos demandantes, e não ao CONAMA, encaminhar, diretamente aos órgãos, os requerimentos de informação, quando se tratar de tema que não estiver em pauta no Conselho. A presidente, Izabella Teixeira, informou que o Parecer será publicado no sítio do CONAMA e que por se tratar de assunto regimental deverá ser tratado no âmbito do GARI. Portanto não serão mais apreciados requerimentos de informação da forma em que vinha sendo feito.

Quanto às respostas do IBAMA ao Requerimento de Informações sobre as hidrelétricas do rio Madeira, o conselheiro Francisco Iglesias do IMARH afirmou que carecem de algumas informações e não contemplam todas as perguntas. Enumerou e discorreu sobre os itens do questionário e fez vários questionamentos sobre, por exemplo, a contratação pelo empreendedor da consultoria para os EIA, o que ele julga não ser imparcial. O conselheiro alertou que não é contrário aos empreendimentos e sim favorável à minimização dos impactos.

O conselheiro Rosalvo Oliveira do MI lembrou que o licenciamento não consegue resolver todos os problemas e informou que o Ministério da Integração está em processo de elaboração de uma proposta de Plano de Desenvolvimento Regional para o complexo do rio Madeira.

Roberto Messias, presidente do IBAMA, esclarecendo os pontos questionados, lembrou que é antiga a questão da independência do EIA em relação ao empreendedor e que o objetivo do licenciamento é a minimização dos impactos.

Lembrando que todas as informações, sobre esse tema, prestadas pelo IBAMA, MPF, FUNAI, FUNASA, Min. Saúde e pela ONG Amigos da Terra, estão disponíveis no sítio do CONAMA, a presidente Izabella Teixeira reafirmou a necessidade de se discutir, no CONAMA, grandes temas, como por exemplo, alternativas à geração de energia, poluição, tecnologias, mudanças climáticas, etc. Disse, ainda, que serão acolhidas sugestões de eventos e que apóia a realização, junto com o MME, de um seminário internacional sobre a matriz energética e meio ambiente.

6. Ordem do Dia

6.1 Solicitação do Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno-GARI para ampliação do escopo de trabalho do Grupo

Este item foi objeto de inversão de pauta, passando a ser discutido antes do item 6.8 Moções. As discussões se iniciaram no final do primeiro dia e prosseguiram no início do segundo dia

O coordenador do Grupo, Sr. Márcio Mazzaro/MAPA, apresentou um relatório sobre o andamento das atividades do Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno-GARI e ressaltou alguns dispositivos do RI que devem ser revisados mas que se encontram fora do mandato original do GARI, definido pelo Plenário. O coordenador alertou que ao solicitar a ampliação do escopo do Grupo para atender estes pontos, não se está buscando uma reformulação ampla e irrestrita de todo o Regimento Interno, mas apenas adequar aqueles dispositivos às alterações propostas. O Sr. Cláudio Alonso, de S.Paulo, representante dos Estados no GARI, apresentou, em linhas gerais, a proposta com a qual o grupo vem trabalhando. A conselheira Patrícia Boson/CNI, também integrante do grupo, fez apresentação complementando as falas dos palestrantes anteriores.

Antes de encerrar os trabalhos do dia, a presidente comentou seu estranhamento em relação ao posicionamento de quatro entidades ambientalistas que “auto-suspenderam” suas atividades no Conselho e informou que dois grupos de ONGs haviam encaminhado propostas de reforma do CONAMA:

- Amda, Apromac, Caeté e Kanindé pediram a criação de uma comissão com 9 representantes: 3 do poder público (federal, estadual e municipal), 3 da sociedade civil (1 da CNI, 1 do segmento ambientalista, 1 dos demais segmentos da sociedade civil), 1 do MPF, 1 do MPE, e mais 2 juristas indicados pela sociedade civil; e

- GERC, Oca Brasil, Bicuda Ecológica, Novos Curupiras e IMARH pediram a criação de um Grupo Assessor do CONAMA composto de 3 representantes, respectivamente do poder público, do segmento ambientalista e dos demais segmentos da sociedade civil.

A presidente abriu a reunião do segundo dia informando que o IBAMA havia, formalmente, cumprido o prazo acordado na Plenária anterior e entregou uma minuta de Resolução sobre nova fase do PROCONVE para veículos automotores leves de uso rodoviário.

A seguir, retomou a discussão a respeito dos trabalhos do GARI.

O conselheiro Weber Silva, da Secretaria Geral da Presidência da República, alertou a todos que, considerando a experiência de outros Conselhos, discussão sobre eventual alteração da composição do CONAMA deve ser amadurecida, uma vez que a decisão final se dá fora do Conselho, necessitando um árduo trabalho junto à Casa Civil e ao Congresso Nacional. Propôs, então, uma oficina do CONAMA para aprofundar a proposta.

A presidente Izabella Teixeira expôs o interesse do Ministro na reforma geral do CONAMA, incluindo a revisão de sua paridade. Entretanto, o foco do GARI deve se ater à revisão do funcionamento e dos procedimentos internos ao Conselho, deixando a discussão da composição para a esfera política. Pediu que se definisse um prazo para o encerramento dos trabalhos do GARI, considerando como inaceitável a protelação de suas reuniões.

Francisco Iglesias/IMARH assinalou seu desgosto em relação à postura da Secretaria Geral da Presidência da República, ao tirar a expectativa de mudanças na composição do conselho e demonstrou interesse pela proposta do conselheiro Rosalvo/MI de realização de um seminário. Assinalou o excesso de participação do governo no CONAMA e sua preocupação em relação à próxima eleição das Câmaras Técnicas que necessitaria de uma mudança no Decreto 99.274/1990, para permitir ao CONAMA criar câmaras técnicas com dez membros.

Cláudio Alonso/Gov SP apresentou a proposta da ABEMA de fechar os grupos de trabalho, restringindo sua composição a dois especialistas indicados por cada setor, entendendo que tornaria os GT mais democráticos, além de evitar que determinados setores com maior poder aquisitivo imponham presença massiva nas reuniões, tornando as discussões desiguais.

O conselheiro Clarismino Júnior, presidente da ANAMMA Nacional, levantou a questão de competências e representação, citando a ausência dos conselhos estaduais de meio ambiente, no Plenário do CONAMA. Sugeriu também que o GARI seja uma Câmara Técnica do CONAMA, podendo fazer o acompanhamento permanente das questões relacionadas ao regimento interno.

Finalizando as discussões, o Plenário aprovou por unanimidade a proposta de ampliação do escopo solicitado pelo GARI, determinando prazo até o final de março de 2009, para apresentação de sua proposta. Foi também deliberado o encaminhamento de uma proposta do MMA à Casa Civil para a edição de decreto que promova alterações pontuais, apenas no quesito da composição das Câmaras Técnicas, passando a 10 membros, 2 por segmento, garantindo assim a paridade na representação dos mesmos

RESOLUÇÕES

Matérias apreciadas no primeiro dia da reunião

6.2 Proposta de Resolução que institui o calendário das Reuniões Ordinárias do CONAMA para o ano de 2009.

Processo nº [02000.003191/2008-52](#)

Interessado: CONAMA

Procedência: Secretaria Executiva do CONAMA

Relator: Diretor do Departamento de Apoio ao CONAMA-DCONAMA

Resolução aprovada por unanimidade.

A presidente da Mesa fez um alerta aos conselheiros do MMA para que observem este calendário ao marcarem outras reuniões, a fim de se evitar sobreposições de datas.



6.3 Proposta de Resolução *ad referendum* que cria nova Câmara Técnica, no âmbito do CONAMA, com o objetivo de analisar os processos de multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Processo nº [02000.002358/2008-68](#)

Interessado: CONAMA

Procedência: Secretaria Executiva do CONAMA

Relator: Consultor Jurídico do MMA

Tramitação em Plenário: Pedido de vista pela ANAMMA Centro-Oeste na 91ª RO, em 10 e 11/09/08.

Retirada de pauta pelo MMA, até que seja publicado o novo decreto sobre crimes ambientais.

6.4 Proposta de Resolução que dispõe sobre a destinação final ambientalmente adequada e segura de pneumáticos - Revisão da Resolução 258/99

Processo nº [02000.000611/2004-15](#)

Interessado: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA.

Procedência: 28ª CT de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos, em 28 e 29 de agosto de 2008, e 46ª CT de Assuntos Jurídicos, em 23 e 24 de outubro de 2008.

Relator: Presidente da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos.

Tramitação em Plenário: Regime de Urgência, conforme decisão da 52ª RE

O Conselheiro Marco Antônio Caminha da CNI, deu a palavra à Senhora Renata, representante da ANIP, que apresentou o vídeo RecicLANIP. A seguir, a Senhora Zilda Veloso do MMA fez a apresentação da proposta, que consiste de uma revisão da Resolução 258/99. Reafirmando a necessidade de aprovação da Resolução, a ANAMMA-Sul apresentou uma matéria jornalística de uma rede de TV local, sobre o problema do descarte dos pneus inservíveis, no município de Foz do Iguaçu/PR.

Foi grande o debate, principalmente com relação ao passivo e à vedação da importação de pneus inservíveis e seus reflexos nas negociações na OMC.

Gustavo Trindade, conselheiro representante do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, observou a ausência, na redação atual, da vedação da importação de pneus inservíveis e da utilização de norma do INMETRO que diferencia pneu usado e reformado e argumentou que a aprovação da resolução poderia atrapalhar as negociações com a OMC, uma vez que um novo regulamento sobre o assunto poderia acarretar um retrocesso nas negociações. Pelos motivos apresentados pediu vistas ao Processo, no que foi acompanhado pelo representante da CNI, Marco Antônio Caminha.

Por se tratar de matéria com tramitação em regime de urgência, os pedidos de vistas foram colocados em votação e o Plenário acolheu a ambos.

6.5 Proposta de Resolução que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no Bioma Amazônico.

Processo nº [02000.000343/2008-65](#)

Interessado: IBAMA

Procedência: 9ª CT de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris, em 16 de setembro de 2008, e 46ª CT de Assuntos Jurídicos, em 23 e 24 de outubro de 2008.

Relator: Presidente da Câmara Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris

Tramitação em Plenário: Regime de Urgência, conforme decisão da 52ª RE

Antônio Carlos Hummel, do IBAMA, apresentou a proposta. Houve uma série de intervenções e questionamentos por parte do Plenário que o Dr. Hummel esclareceu sem maiores entraves.

Ao fazer uso da palavra, Dr Paulo Nogueira Neto da ADEMA/SP disse haver uma vergonha brasileira em relação à palavra subsídio, comum em outros países. Relatou a experiência de Mamirauá, cujos habitantes ganham atualmente mais do que o dobro, como resultado da



racionalização da pesca. O intuito de sua intervenção foi o de acentuar que existem caminhos que permitem valorizar a preservação.

A proposta de Resolução foi aprovada com emendas.

PROPOSIÇÃO

6.6 Proposição aos órgãos de governo para que articulem as suas ações e bases de informação para o monitoramento da cadeia produtiva de soja e bovinocultura de corte no bioma amazônico.

Processo nº [02000.001881/2008-77](#)

Interessado: MMA

Relator: Mauro Pires/MMA

Procedência: 46ª CT de Assuntos Jurídicos, em 23 e 24 de outubro de 2008.

Matéria retirada de pauta e arquivada pelo MMA

RECOMENDAÇÃO

6.7 Proposta de Recomendação ao IBAMA para que inclua no CTF novos dados a serem informados para o monitoramento da cadeia produtiva de soja e bovinocultura de corte no bioma amazônico.

Processo nº [02000.001881/2008-77](#)

Interessado: MMA

Relator: Mauro Pires/MMA

Procedência: 46ª CT de Assuntos Jurídicos, em 23 e 24 de outubro de 2008.

Matéria retirada de pauta e arquivada pelo MMA

MOÇÕES

Matérias apreciadas no segundo dia da reunião após os pontos 6.1 e 5.1

6.8 Proposta de moção que requer arquivamento definitivo do processo de licenciamento da UHE Tijuco Alto, a ser instalada no Vale do Ribeira, no Estado do Paraná.

Processo nº [02000.003083/2005-37](#)

Interessado: Zuleica Nycz – Entidades Ambientalistas Região Sul - APROMAC e outros

Procedência: 90ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 17 e 18/06/08

Tramitação em Plenário: Objeto de requerimento de informação na 79ª RO, em 9/11/05. Pedido de vistas na 90ª RO, em 17 e 18/06/08, pelo Instituto Vidágua, ADEMA/SP, IMARH, MME, CNI E FBCN. Retirada de pauta pelo proponente na 91ª RO, em 10 e 11/09/08.

Após a apresentação dos pareceres de pedido de vista pelo Instituto Vidágua, MME, CNI e FBCN e a discussão que se seguiu, a presidente da Mesa colocou a moção em votação.

A Moção foi rejeitada.

6.9 Proposta de moção que propõe a realização de seminário internacional sobre avaliação ambiental estratégica, planejamento territorial e gestão de recursos hídricos na bacia do rio Madeira

Processo nº [02000.002456/2008-03](#)

Interessado: Câmara Técnica de Assuntos Internacionais

Procedência: 7ª Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, em 27 de agosto de 2008

Tramitação em Plenário: Pedido de vista pelo MME, na 91ª RO, em 10 e 11/09/08.

A Conselheira Maria José Salum, do MME, apresentou o relatório do pedido de vistas e após isso, seguiu-se a votação da matéria.

A Moção foi rejeitada

A presidente Izabella Teixeira submeteu ao Plenário, que a acolheu integralmente, a Recomendação do CONAMA para que o MMA realize um seminário sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e, em parceria com o MME, outro seminário sobre Matriz Energética e a Questão Ambiental.



7. Informes

7.1 Informe sobre o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Água – ANA

Interessado: ANA

O conselheiro Maurício Andrés, da ANA, discorreu sucintamente, sobre a qualidade da água e falou sobre o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água.

7.2 Processo nº [02000.000795/2008-47](#) - Requerimento de informação à SEMA/SP, CONSEMA/SP, MPF, IBAMA e MMA sobre o projeto do Complexo Taniguá/Porto Brasil no Município de Peruíbe/SP

Interessado: Carlos Osório – Entidades ambientalistas da Região Sudeste – BICUDA e outros

Procedência: 89ª Reunião Ordinária, em 11 e 12/03/08

Tramitação em Plenário: Informe não apresentado pelo MPF e IBAMA, durante a 90ª RO, em 17 e 18/06/08, e 91ª RO, em 10 e 11/09/08. O MPF e IBAMA encaminharam suas respostas por escrito.

O analista ambiental Fernando Campelo, do IBAMA, apresentou informe contextualizando o caso e justificando a avocação do licenciamento pelo órgão federal. O MPF encaminhou sua informação por escrito.

8. Encerramento

Antes de encerrar a sessão, a presidente Izabella Teixeira fez um agradecimento especial às 11 entidades ambientalistas do CNEA, que participaram de sua última reunião do CONAMA como conselheiros, já que cumpriram o mandato previsto de dois anos. Entre janeiro e fevereiro de 2009, serão realizadas eleições entre as ONGs cadastradas no CNEA, para eleição de 11 novos conselheiros, que tomarão posse na 93ª RO.

Havendo esgotado a pauta, a reunião foi encerrada às 13h30.